

# SUMÁRIO



<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	13
<b>PREFÁCIO</b> .....	15
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>2. ESCORÇO HISTÓRICO DO TRABALHO INFANTIL</b> .....	22
2.1. DO TRAÇADO HISTÓRICO DO TRABALHO INFANTIL DA ANTIGUIDADE ATÉ A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	23
2.2. O TRABALHO INFANTIL A PARTIR DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: DA INGLATERRA PARA O MUNDO	27
2.2.1. FRANÇA .....	34
2.2.2. ITÁLIA, ESTADOS UNIDOS E ARGENTINA .....	36
2.2.2.1. ITÁLIA.....	36
2.2.2.2. ESTADOS UNIDOS .....	36
2.2.2.3. ARGENTINA .....	37
2.3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL ATÉ A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....	38
2.4. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MERCADO DE TRABALHO .....	48
2.4.1. A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 20/1998.....	51
<b>3. PROTEÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL DO TRABALHO INFANTIL</b> .....	55
3.1. A FASE PREGRESSA DA CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO — OIT .....	56
3.2. A CRIAÇÃO DA OIT: A MATERIALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO .....	60
3.3. CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO .....	66
3.3.1. CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA OIT: A ORDEM CRONOLÓGICA DA TUTELA INTERNACIONAL DO TRABALHO INFANTIL .....	67

3.4. DEMAIS NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO INFANTIL .....	74
3.5. O MERCOSUL CONTRA O TRABALHO INFANTIL .....	78
3.5.1. LEGISLAÇÃO TRABALHISTA COMPARADA, FATOS SOCIAIS E SEUS DADOS ESTATÍSTICOS ....	80
3.5.1.1. ARGENTINA .....	81
3.5.1.2. PARAGUAI .....	84
3.5.1.3. URUGUAI.....	87
<b>4. PROPOSIÇÕES JURÍDICAS NO DIREITO BRASILEIRO COMO FONTE DE PROTEÇÃO AO TRABA-</b>	
<b>    LHO INFANTIL .....</b>	<b>90</b>
4.1. PROPOSIÇÕES JURÍDICAS .....	91
4.1.1. PROPOSIÇÕES DESCRITIVAS .....	92
4.1.2. PROPOSIÇÕES PRESCRITIVAS .....	93
4.1.3. PROPOSIÇÕES VALORATIVAS .....	95
4.2. O TRABALHO INFANTIL E SUAS PROPOSIÇÕES JURÍDICAS .....	96
4.2.1. PROPOSIÇÕES JURÍDICAS QUANTO À IDADE MÍNIMA .....	98
4.2.2. PROPOSIÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO TRABALHO NOTURNO .....	105
4.2.3. PROPOSIÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO TRABALHO PERIGOSO, INSALUBRE E PENOSO .....	109
4.2.4. PROPOSIÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO TRABALHO EM LOCAIS PREJUDICIAIS À FORMAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO FÍSICO, PSÍQUICO, MORAL E SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADO- LESCENTE .....	116
4.2.5. PROPOSIÇÕES JURÍDICAS QUANTO À DURAÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE E O DIREITO A FÉRIAS .....	124
4.2.6. PROPOSIÇÕES JURÍDICAS QUANTO À CONDIÇÃO FÍSICA DO TRABALHO INFANTIL .....	128
<b>5. VIOLÊNCIAS ÀS PROPOSIÇÕES JURÍDICAS QUE TUTELAM O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL</b>	
<b>    E A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO .....</b>	<b>131</b>
5.1. O SENTIDO DE VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL .....	132
5.2. A MATERIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA AO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL .....	135
5.2.1. NO ÂMBITO RURAL .....	138
5.2.2. NO ÂMBITO DOMÉSTICO .....	143
5.2.2.1. O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO E O ABUSO SEXUAL .....	149
5.2.3. NA COLETA DO LIXO .....	152

5.2.4. NA CONSTRUÇÃO CIVIL, OLARIAS E CARVOARIAS .....	156
5.2.4.1. NA CONSTRUÇÃO CIVIL .....	157
5.2.4.2. NA OLARIA .....	159
5.2.4.3. NA CARVOARIA .....	163
5.3. OS ÓRGÃOS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL .....	166
5.3.1. O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO .....	167
5.3.2. O MINISTÉRIO PÚBLICO .....	169
5.3.3. O PODER JUDICIÁRIO .....	173
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	175
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	181